



P E R I T O S A V A L I A D O R E S D A
L I S T A O F I C I A L D A J U S T I Ç A

ASSOCIAÇÃO NACIONAL

Política de Privacidade

Vila de Rei
Maio de 2018

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DA PAOJ - Associação Nacional dos Peritos Avaliadores do Ministério da Justiça

A presente Política de Privacidade da PAOJ - Associação Nacional dos Peritos Avaliadores do Ministério da Justiça com sede no Parque das Feiras, 6110-174 Vila de Rei, com o número único de matrícula e de pessoa colectiva 510622232 (adiante a “**PAOJ**”) estabelece a forma como a PAOJ recolhe e trata os dados pessoais dos seus associados e outros profissionais que se relacionem com a actividade dos peritos avaliadores.

Recomendamos a leitura atenta e completa deste documento. A disponibilização dos seus dados pessoais implica o conhecimento e aceitação dos termos e condições da presente Política de Privacidade.

1. Responsável pelo tratamento de dados

O responsável pelo tratamento dos dados pessoais disponibilizados é a PAOJ.

Não obstante, a PAOJ poderá, no âmbito da sua actividade, recorrer a parceiros para a prossecução das finalidades de recolha de dados *infra* indicadas. Nestes casos, a PAOJ garante que tais parceiros oferecem garantias suficientes de execução das medidas técnicas e organizativas e asseguram os direitos dos titulares dos dados.

2. Dados pessoais recolhidos e tratados

Nos termos da regulamentação aplicável, constituem dados pessoais quaisquer informações, de qualquer natureza e independentemente do respectivo suporte, incluindo som e imagem, relativas a uma pessoa singular identificada ou identificável. É considerada identificável a pessoa que possa ser identificada directa ou indirectamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social.

A informação pessoal recolhida pela PAOJ pode incluir o seu nome, endereço de correio electrónico, número de telefone, fax, morada, data de nascimento, cartão de cidadão ou outro documento de identificação, número de contribuinte e dados bancários e/ou outros.

Alguns dados pessoais recolhidos são de disponibilização obrigatória pelo que, em caso de falta ou insuficiência desses dados, a PAOJ poderá não conseguir prestar-lhe os serviços ou as informações por si solicitadas. Em cada caso concreto, a PAOJ informá-lo-á da natureza obrigatória ou facultativa do fornecimento dos dados pessoais em causa.

A PAOJ assume que os dados foram fornecidos pelo titular dos mesmos ou que este deu autorização para o efeito e presume que os mesmos são verdadeiros e se encontram actualizados, até indicação em contrário por parte do titular.

3. Regras gerais aplicáveis à recolha e ao tratamento

A PAOJ compromete-se a tratar os dados pessoais de forma lícita, com respeito pelo princípio da boa-fé e com absoluta confidencialidade.

Os dados pessoais apenas são recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não sendo, em circunstância alguma, tratados de forma incompatível com essas finalidades.

A PAOJ garante que os dados pessoais recolhidos são adequados, pertinentes e não excessivos relativamente às finalidades para que são recolhidos e tratados.

4. Formas de recolha e tratamento de dados pessoais

Os dados pessoais são recolhidos por via electrónica ou em suporte papel e tratados nas seguintes situações:

- i. Realização de **eventos** organizados pela PAOJ ou entidades parceiras da PAOJ (**Seminários, Formações**, entre outros);
- ii. Divulgação de informação considerada útil para o desempenho das **funções de Perito Avaliador**;
- iii. Solicitação de terceiros (advogados, notários, entre outros interessados) de peritos avaliadores para a realização de trabalhos de avaliação/peritagem;
- iv. Cumprimento de imposições legais do âmbito da actividade dos peritos avaliadores;
- v. Procedimentos inerentes ao desenvolvimento da actividade associativa (cobrança de quotas, actualização de dados pessoais do associado, entre outros).

Os dados recolhidos são processados informaticamente, sendo armazenados em bases de dados específicas criadas e geridas para o efeito pela PAOJ, no estrito cumprimento da legislação de protecção de dados pessoais.

5. Legitimidade e finalidade da recolha dos dados pessoais

Os dados pessoais são recolhidos e tratados quando o tratamento seja legitimamente necessário para efeitos de:

- i. Tratamento estatístico das actividades relacionadas com a actividade da PAOJ e dos Peritos Avaliadores;
- ii. Cumprimento pela PAOJ de obrigações legais a que se encontre sujeita.

Caso seja prestado o necessário consentimento aquando da recolha dos dados pessoais ou posteriormente, os dados pessoais são ainda recolhidos e utilizados para fins de divulgação, incluindo o envio, por correio postal e/ou correio electrónico e/ou SMS, de informações, convites e outras acções tendo por objecto acções/eventos organizadas e outros serviços prestados pela PAOJ. Neste âmbito, poderão ainda ser realizadas segmentações e/ou criados perfis com a mesma finalidade promocional/publicitária.

Residualmente, e nos termos e limites da legislação de protecção de dados pessoais, os dados pessoais poderão ainda ser recolhidos e tratados quando o tratamento seja legitimamente necessário para efeitos de:

- i. Protecção de interesses vitais do titular dos dados, se este estiver física ou legalmente incapaz de dar o seu consentimento;
- ii. Prossecução de interesses legítimos do responsável pelo tratamento ou de terceiro a quem os dados sejam comunicados, desde que não devam prevalecer os interesses ou os direitos, liberdades e garantias do titular dos dados.

6. Partilha de dados pessoais

A PAOJ poderá partilhar os dados pessoais com entidades oficiais, tendo por base imposições legais.

A PAOJ poderá ainda partilhar os dados pessoais com parceiros e prestadores de serviços da PAOJ, para efeitos da prestação dos referidos serviços, sempre com respeito pelo dever de confidencialidade e pelo princípio da finalidade que presidiu à recolha.

Caso ocorram transferências de dados para países terceiros que não pertençam à União Europeia ou ao Espaço Económico Europeu, a PAOJ Leilões cumprirá com a lei, nomeadamente no que respeita à adequabilidade do país de destino quanto à protecção de dados pessoais e aos requisitos que são aplicáveis a estas transferências, não sendo, em circunstância alguma, transferidos dados pessoais para jurisdições que não ofereçam adequadas garantias de segurança e protecção.

7. Prazo de conservação de dados pessoais

O período de tempo durante o qual os dados são armazenados e conservados varia de acordo com a finalidade para a qual tiverem sido recolhidos. Sempre que não exista uma exigência legal específica, os dados serão armazenados e conservados apenas pelo período mínimo necessário para as finalidades que motivaram a sua recolha e posterior tratamento.

Para efeitos de marketing, os dados pessoais recolhidos serão conservados pelo período máximo de 5 (cinco) anos contados da data de recolha do consentimento ou do último contacto realizado (consoante o que ocorrer em último lugar), sem prejuízo de o consentimento poder ser retirado a todo o tempo.

Uma vez atingido o prazo máximo de conservação, os dados pessoais serão destruídos de forma segura.

8. Medidas de Segurança

A PAOJ Leilões assume o compromisso de garantir a protecção e a segurança dos dados pessoais recolhidos e tratados. Para o efeito, adopta diversas medidas de segurança, de carácter técnico e organizativo, de forma a proteger os dados pessoais contra a difusão, perda, uso indevido, alteração, tratamento ou acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.

Tais medidas incluem, designadamente, o seguinte:

- i. Acesso pessoal limitado aos dados pessoais com base no critério da “necessidade de conhecer” e apenas no âmbito das finalidades comunicadas;
- ii. Transferência de dados recolhidos de forma encriptada;
- iii. Armazenamento de dados altamente confidenciais (*e.g.* informações relativas a cartão de crédito) de forma encriptada;
- iv. Protecção dos sistemas de tecnologias de informação através de firewall, por forma a minimizar o risco de acessos não autorizados;
- v. Monitorização dos acessos aos sistemas de tecnologias de informação, tendo em vista prevenir e detectar o uso indevido de dados pessoais.

A PAOJ exige aos seus parceiros que adoptem as medidas de segurança, de carácter técnico e organizativo, equivalentes àquelas que pratica.

9. Direitos do titular dos dados pessoais

A PAOJ garante ao titular dos dados, em permanência, todos os direitos decorrentes da legislação de protecção de dados pessoais, incluindo os direitos de acesso, actualização, rectificação, esquecimento, limitação de tratamento ou eliminação dos dados pessoais e, quando aplicável, o direito de portabilidade dos mesmos.

A PAOJ confere ao titular dos dados, em especial, o direito de, a todo o tempo, revogar, retirar, diminuir o âmbito ou limitar o alcance de qualquer consentimento previamente dado, designadamente quanto à utilização dos dados para efeitos de marketing.

O exercício destes direitos deverá ser realizado através do endereço de correio electrónico **paoj@paoj.pt** ou mediante o envio de carta registada com aviso de recepção para a sede da PAOJ (morada acima indicada).

10. Alterações à Política de Privacidade

A PAOJ reserva-se o direito de, a qualquer altura, alterar a presente Política de Privacidade. No caso de tais alterações serem materialmente relevantes, a ponto de ser razoavelmente de presumir que se encontram comprometidas as condições em que fundamentou o seu consentimento, a PAOJ assume o compromisso de tornar a solicitá-lo.

Maio de 2018